

**HABEAS CORPUS Nº 506.926 - RS (2019/0119721-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : VITOR AZEREDO MACIEL (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **VITOR AZEREDO MACIEL**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

O paciente foi denunciado pela prática da conduta descrita no art. 16, parágrafo único, da Lei n. 10.826/2003. O Ministério Público requereu a prisão preventiva do denunciado que fora negada pelo Juízo processante, impondo, contudo, condições como o compromisso de comparecimento mensal em Juízo.

Inconformado com o não cumprimento da condição, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito no TJRS, que deu provimento ao recurso nos termos da seguinte ementa:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR FORÇA DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 282, § 4º E 312, § ÚNICO, CPP. PROVIMENTO UNÂNIME." (e-STJ, fl. 127.)

Neste *habeas corpus*, a impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar.

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou substituída por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 139-140).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 142-156).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ, fls. 159-163).

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a custódia cautelar foi decretada no acórdão com os seguintes fundamentos:

"Evidente que o recorrido descumpriu a medida cautelar diversa da prisão imposta, desaparecendo após a soltura, estando em lugar incerto e não sabido. Neste aspecto, considerando a pena máxima comina ao suposto delito praticado, admitida a prisão cautelar, nos termos do artigo 313, inciso I, CPP, ainda que tecnicamente primário, faz-se necessário o decreto da prisão preventiva por conveniência da instrução criminal, bem como para assegurar a aplicação da lei penal, presentes os requisitos do artigo 312, CPP.

Destarte, dou provimento ao recurso para decretar a prisão preventiva do recorrido Vitor Azeredo Maciel." (e-STJ, fl. 129.)

Como se vê, o decreto prisional encontra-se suficientemente fundamentado por conveniência da instrução criminal, bem como para assegurar a aplicação da lei penal, como forma de evitar a reiteração delitiva, pois o paciente responde a outra ação penal de fato ocorrido após a concessão de liberdade provisória pelo Juízo de primeiro grau.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PORTE ILEGAL DE ARMAS DE USO RESTRITO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE, QUE RESPONDE POR OUTRAS PRÁTICAS DELITUOSAS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP.

Na hipótese dos autos, presentes elementos concretos a justificar a imposição da segregação antecipada. As instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, entenderam que restou demonstrada a maior periculosidade do recorrente, evidenciada pela possibilidade de reiteração delitiva, tendo em vista que responde a outro processo pela suposta prática do delito de roubo e é investigado em outro feito pela suposta prática do crime de porte ilegal de arma.

Impende consignar, por oportuno, que, conforme orientação jurisprudencial desta Corte, inquéritos e ações penais em curso constituem elementos capazes de demonstrar o risco concreto de reiteração delituosa, justificando a decretação da prisão preventiva

para garantia da ordem pública.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação e tampouco em aplicação de medida cautelar alternativa.

Recurso desprovido." (RHC 75.759/RS, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 25/10/2016, DJe 9/11/2016.)

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO E RECEPÇÃO. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO. REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. A prisão cautelar, como cediço, é medida excepcional de privação de liberdade, que somente poderá ser adotada quando as circunstâncias do caso concreto, devidamente fundamentadas no art. 312 do Código de Processo Penal, demonstrarem a sua imprescindibilidade.

2. No caso presente, a prisão cautelar foi mantida no intuito de cessar a reiteração delitiva, em razão de o recorrente estar respondendo a outro processo criminal (porte ilegal de arma). Fundamento apto a amparar a custódia cautelar. Precedentes.

3. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar sua necessidade, como na espécie.

4. Recurso em *habeas corpus* improvido." (RHC 84.744/TO, rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, j. 3/8/2017, DJe 14/8/2017.)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017.

Ademais, o fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte: RHC 81.823/PE, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 352.480/MT, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 1º/6/2017, DJe 7/6/2017; RHC 83.352/MS, rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, j. 23/5/2017, DJe 30/5/2017.

Desse modo, não se verifica o alegado constrangimento ilegal apto a justificar a concessão da ordem por este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

